

SEGMENTAÇÃO NUMA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO (versão para discussão)

Maria do Livramento Miranda Clementino - UFRN

Zoraide Souza Pessoa - UERN (colaboradora)

Resumo

A explosão urbana iniciada nos anos 70 do Século passado no Brasil ensejou processos de metropolização de grandes e médias cidades. Estudo sobre o tema das metrópoles vem indicando que o processo de mudanças associado à globalização da economia e à reestruturação produtiva tende a agudizar a questão social. Este artigo refere-se a resultado de estudo desenvolvido no âmbito do projeto “O mapa Social da Região Metropolitana de Natal” (CNPq-Pronex/FAPERN/UFRN). Apresenta a segmentação social do espaço metropolitano de uma cidade média. Pretende representar geograficamente a distribuição espacial de oito tipos sócio-ocupacionais construídos com base nas ocupações do Censo Demográfico de 2000 do IBGE. Considerando tais tipos como expressão da hierarquia social esse mapeamento permite uma visualização da segmentação social no espaço metropolitano.

1- Introdução

No presente artigo, busca-se explicitar as expressões sociais da transformação espacial e funcional dos anos mais recentes (dos anos 90 em diante) por que tem passado Natal e seu entorno; mais precisamente, apresentar um retrato da segmentação social do espaço metropolitano de Natal (aqui entendido como o da região metropolitana institucionalizada) no ano 2000.¹ Pretende-se identificar os principais traços que marcam a configuração social e espacial que está emergindo na formação da metrópole potiguar.

A questão que norteia o trabalho vem sendo discutida exaustivamente na bibliografia recente e diz respeito à tendência de segregação sócio espacial que se aprofunda nas aglomerações urbanas. No âmbito do Observatório das Metrópoles os estudos vêm

¹ A análise apóia-se principalmente nos estudos e pesquisas do Observatório das Metrópoles e nos estudos do Núcleo da Região Metropolitana de Natal (RMNatal) desta Rede. Refere-se a resultado de estudo desenvolvido no âmbito do projeto “O mapa Social da Região Metropolitana de Natal” (CNPq-Pronex/FAPERN/UFRN).

colocando sob prova empírica a hipótese da tendência a dualização e a polarização social e chamando atenção para a importância das classes médias na compreensão da estruturação social do espaço das metrópoles brasileiras. Mostram as camadas médias como discriminadoras do espaço metropolitano, como primeira marca da divisão social desse território. Mais precisamente, os resultados de pesquisa mostram situações em que essas classes médias ora estão mais, ora menos, espalhadas no território metropolitano revelando quão desiguais são as metrópoles em suas formas sociais e espaciais. A perversa urbanização brasileira hoje acentuada pelos efeitos da reestruturação produtiva e do mercado de trabalho protagonizam a crise social brasileira.

As transformações econômicas que estão ocorrendo no Brasil, desde meados de 1980 se externalizam particularmente nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas, onde as transformações adquirem maior significado. A polêmica que alimenta o debate está centrada nos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, com significativas alterações na oposição entre as classes sociais, que marcou a era industrial fordista e o surgimento de uma nova estrutura social, marcada por uma crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da sociedade. Essas questões estão no centro das discussões sobre a *global city* (Sassen, 1998), cuja hipótese central é a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social. Nesse processo, em que o Setor Terciário estaria assumindo predominância frente a processos simultâneos de modernização e relativa retração no emprego do Setor Secundário, haveria igualmente uma reconfiguração e um encolhimento das classes médias, tendo em vista as mudanças na estrutura produtiva e nos padrões organizacionais e tecnológicos. Algumas ocupações típicas das classes médias estariam em declínio, outras se desqualificariam, e surgiriam novas profissões ligadas à expansão das funções de gestão (Sassen, 1998). A estrutura social, alicerçada na indústria da informação, em especial nas grandes metrópoles,

estaria assentada, de um lado, na existência de profissionais altamente qualificados e bem remunerados e, de outro, em um contingente de trabalhadores menos qualificados e de não menos importância, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta. Essa imagem, que não encontra unanimidade junto aos pesquisadores, estaria em contraposição à de ovo, que representa a predominância das camadas médias e operárias na estrutura social e a presença reduzida dos estratos superiores e inferiores dessa estrutura.

Com base nesses pressupostos, a Observatório das Metrôpoles vem através de suas pesquisas reunindo elementos empíricos e analíticos presentes no campo dessa discussão..Nesse sentido, a identificação do espaço social das metrôpoles vem sendo buscada através do desenvolvimento de um mesmo modelo metodológico, objeto do presente trabalho para a RMNatal, pretendendo verificar a procedência ou não das teses da *global city* na realidade brasileira. Para tanto foi elaborada uma hierarquia socioocupacional com a construção de um conjunto de categorias, a partir das variáveis censitárias de ocupação segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada de acordo com as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os primeiros trabalhos comparativos realizados foram entre Paris e Rio de Janeiro (Preitecelle, Ribeiro, 1998) em entre três grandes metrôpoles brasileiras- Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (Ribeiro e Lago, 2000).²

Essas pesquisas têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social. A estrutura social “[...] é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas

² Como ponto de referência, foi utilizado o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE),

histórias” (Ribeiro, Lago, 2000, p.112), dentro de uma articulação que remete ao pensamento de Bourdieu (1989). O autor desenvolve a noção de que os indivíduos ou agentes ocupam posições relativas no espaço social, as quais se encontram em oposição. É possível classificar empiricamente essas posições relativas segundo os diferentes agrupamentos sociais, podendo ser identificadas pelo volume dos capitais (econômicos, sociais e simbólicos) que eles detêm e pela estrutura desses capitais. Colocados em posições semelhantes e estando sujeitos a condicionamentos similares, há probabilidade de que esses agentes ou indivíduos desenvolvam atitudes, interesses e práticas aproximadas. A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturadora das relações sociais (Ribeiro, Lago, 2000, p.112).

As categorias socioocupacionais, através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual *versus* não-manual e, atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a diferenciação entre setores da produção, como o Secundário e o Terciário, e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (Ribeiro, Lago, 2000).”(Mammarella, Rosetta, 2007)”.

Para Natal pretende-se representar geograficamente a distribuição espacial de oito tipos sócio-ocupacionais construídos com base nas ocupações do censo demográfico de 2000 do IBGE. Considerando tais tipos como expressão da hierarquia social esse primeiro mapeamento permite uma visualização da segmentação social nesse espaço metropolitano.

O texto está organizado em três partes. A primeira refere-se a aspectos gerais da Região metropolitana de Natal e apresenta particularidades importantes quanto à conformação da RMNatal criada oficialmente em 1997. A segunda parte analisa a estrutura ocupacional da metrópole balizada pelos parâmetros propostos pela bibliografia recente das cidades globais, que aponta para a redução das categorias médias e operárias e o aumento das camadas superiores e de trabalhadores pouco especializados.. Por último e como terceira parte é dedicada a apresentar os resultados da tipologia sócio-espacial da metrópole potiguar, construída no nível intra-urbano, e a traçar o perfil social dos tipos de áreas que foram identificados, buscando detectar aspectos da segmentação social e da segregação urbana.

2-Natal, uma metrópole em formação

Na sociedade global, o crescimento e a riqueza estão cada vez mais concentrados em um número limitado de metrópoles e as questões sociais se acumulam, principalmente nas áreas metropolitanas dos países de industrialização tardia, como o Brasil, onde a dinâmica econômica é instável e a capacidade produtiva extremamente variável. Nesse contexto, as metrópoles contêm ao mesmo tempo, o maior potencial de desenvolvimento do país e os mais graves problemas sociais.

É esse o cenário das áreas metropolitanas brasileiras e da maior parte do mundo, o que transforma as metrópoles em um problema de várias dimensões: econômica, política, ambiental e sobretudo social. Borja e Castells (2004) afirmam que as cidades metropolitanas são espaços urbanos onde *a cidade real se confronta com a cidade formal*, na medida em que, a cidade central (em torno da qual gravita a dinâmica metropolitana) esgota a sua capacidade de resposta em relação à toda a região

Quanto às metrópoles brasileiras, a explosão urbana iniciada nos anos 70 do século passado ensejou processos de metropolização de grandes e médias cidades. Às nove regiões metropolitanas criadas durante o período militar somam-se na década de 1990 mais 18 novas regiões metropolitanas. O avanço do processo de urbanização e crescimento da população urbana sugere a complexidade da rede urbana metropolitana brasileira. (Tabela 01)

Tabela 1
População das Regiões Metropolitanas criadas nos anos 90

Regiões Metropolitanas	População Residente
1. Região Sul	10.813.387
1.1 RM Londrina (PR)	647.854
1.2 RM de Maringá (PR)	474.202
1.3 RM de Florianópolis (SC)	816.315
1.4 RM do Vale do Itajaí (SC)	538.846
1.5 RM do Norte/Nordeste Catarinense (SC)	926.301
1.6 RM do Foz do Rio Itajaí (SC)	375.589
1.7 RM Carbonífera (SC)	324.747
1.8 RM de Tubarão (SC)	324.591
1.9 RM da Baixada Santista (SP)	1.476.820
1.10 RM de Campinas (SP)	2.338.148
1.11 RM do Vale do Aço (MG)	563.073
1.12 RM de Vitória (ES)	1.425.587
1.13 RM de Maceió (AL)	989.182
1.14 RM de Natal (RN)	1.043.321
1.15 Grande São Luís (MA)	1.070.688
1.16 RIDE (DF)	2.952.276
1.17 RM de Goiânia (GO)	1.639.516
Total RMs	17.927.056

Fonte: Moysés, Aristides (Coord.). **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia, UCG, 2006.

Grande parte dessas áreas metropolitanas não tem um perfil bem definido, nem caracterização própria e, muito menos, identidade metropolitana. Em alguns casos, municípios nitidamente rurais são inseridos nas regiões metropolitanas, por pressão política dos governantes ou dos parlamentares; vazios urbanos consideráveis são identificados entre

municípios de algumas regiões metropolitanas; ausência de problemas comuns, restritos indicadores de integração física e funcional, e índices de pobreza muito elevados; tudo isso vem marcando a constituição de regiões metropolitanas nesse país. Conforme dados da Tabela 01, há regiões metropolitanas, cuja população total é inferior ao que tradicionalmente designava-se nos anos 70 como “cidade de porte médio”, alçadas, agora, à condição de aglomerados metropolitanos.

A RMNatal, que se inclui nessa condição, apresenta significativa transformação espacial e funcional nos anos mais recentes, onde os movimentos e direcionamentos já expressam uma metrópole em formação. Ou seja, um aglomerado urbano não propriamente metropolitano com visíveis sinais de um processo de metropolização definido por dois movimentos: um físico, de expansão da malha urbana configurando um espaço urbanizado interligado nucleado por Natal, mesmo com muitos vazios; outro, socioeconômico e político administrativo (mesmo que formal), em que se articula um conjunto de atividades que se alavancam mutuamente (produção, consumo, habitação, serviços, turismo, comunicações) atando a cidade do Natal aos municípios do entorno e conferindo a essa área uma certa sinergia. Com pouco mais de um milhão de habitantes e 2,5 mil Km², foi criada formalmente em 1997. É formada de nove municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta, São José do Mipibú e o mais novo integrante, Monte Alegre.

Natal, 100% urbana desde 1980, mantém relações econômicas e funcionais com sua periferia metropolitana. Estas relações se dão sob forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração de serviços públicos, cuja posição é marcante no tecido sócio-econômico da capital. Além de sediar contingentes militares herdados do período da Segunda Guerra, Natal abriga as repartições públicas federais que usualmente devem, pela estrutura da administração pública federal, estar sediadas em uma capital de

estado, acrescidas das instituições federais que existem especificamente para cuidar do “Nordeste Seco”. (CLEMENTINO, 1995). Mantém, ainda hoje, muito fortemente sua condição de “cidade administrativa”.

A RMN se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia tanto públicas como privados, abrigando importante centro estadual de produção de conhecimento e consolidando a posição de Natal na formação de recursos humanos qualificados no estado.

Apesar de quase uma década de sua institucionalização como região metropolitana, pode ser considerada uma metrópole em formação. As ações públicas de interesse comum são desarticuladas por parte dos poderes públicos e o incentivo à apropriação de uma “consciência metropolitana” ainda tímida; muito embora os problemas dessa escala já sejam plenamente perceptíveis.

O crescimento populacional e a expansão da sua estrutura física têm sido condicionados por estruturas econômicas localizadas fora da Região, particularmente, da

Economia do RN³. Em que pese à existência de um pólo industrial na RMN⁴, constata-se a presença significativa do setor de serviços⁵ e do setor agrícola.⁶

³ As principais fontes produtivas do Estado residem nas atividades extrativa mineral – petróleo-gás, sal e minérios como ferro e recentemente a retomada da exploração da scheelita -, e fundamentalmente com a atividade turística que vem se tornando na principal fonte de dinamismo da economia norte-riograndense. Destacam-se ainda o setor de serviços, impulsionado pelos negócios do petróleo-gás e do turismo, além das atividades com base nos recursos naturais, a exemplo da aqüicultura, fruticultura e pesca.

⁴ Destaque deve ser dado à indústria têxtil, segundo ramo em importância da indústria de transformação potiguar e o segundo segmento produtivo em termos de consumo de energia elétrica. Após um extenso período de retração registra-se novos investimentos nas unidades produtivas de maior porte, como o grupo Coteminas, que se aliou a uma grande empresa americana, ampliando as três unidades existentes na RMN (duas no município de São Gonçalo do Amarante e uma em Macaíba), a empresa Hering e fábrica da Coats/Corrente, (no DI de Extremoz) verificando-se ainda a instalação e ampliação em unidades de pequeno e médio portes.

⁵ O turismo deve ter um impacto irradiador mais significativo na economia da RMN, com dinamização do setor imobiliário e do varejo moderno, em especial do ramo de Shopping Centers, favorecidos também pelo efeito renda do setor petróleo e gás;

A partir da década de 1980, a atividade turística conferiu uma dinâmica diferenciada ao crescimento da RMN⁷. Na primeira metade da década de 1970, o Rio Grande do Norte passou a integrar a agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com ênfase nas oportunidades turísticas. A implantação do projeto Parque das Dunas Via Costeira é exemplar dessas ações que foram complementadas na década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - PRODETUR I. Houve investimentos importantes na modernização da infra-estrutura. A partir dos anos de 1990 intensificou-se a integração metropolitana através da infra-estrutura turística, verificando-se: a) A integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas à sede municipal; b) A transformação de terra rural em urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários; c) Uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão de obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários); d) A emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, resorts, condomínios fechados, flats, casas de veraneio, entre outros.

Estão para acontecer (e mesmo já em curso) importantes investimentos de expansão e reestruturação na RM, que com certeza trarão desdobramentos para sua futura expansão.⁸

Do ponto de vista espacial, há clara identificação de constituição de três eixos: a) o dos serviços, mais antigo, modernizado nos anos 70 pelos segmentos industriais

⁶ Notam-se ainda sinais de retomada de investimentos na indústria alimentícia, de expansão no setor calçadista além de uma crescente produção do segmento de açúcar e álcool.

⁷ O crescimento da economia do Rio Grande do Norte vem sendo sustentado sobretudo pela expansão do turismo, impulsionado pelos grandes blocos de investimentos hoteleiros. Merece ser destacada a tendência do turismo do Estado se consolidar como um importante destino turístico internacional, o que pode ser comprovado pelo aumento dos vôos e elevação do fluxo de passageiros oriundos do exterior.

⁸ Entre eles: os investimentos considerados estruturadores, como o aeroporto de São Gonçalo, acoplado ao projeto de criação de uma área de livre comércio, o gasoduto Açú/Seridó, a ferrovia Natal-Mossoró vinculada à recuperação do terminal pesqueiro de Natal; as iniciativas de implantação de dois parques de energia eólica, o do Litoral Norte e o de Rio do Fogo; os investimentos em infra-estrutura, capitaneados pela duplicação da BR-101 e pela Ponte de Todos Newton Navarro, além da construção e melhoramento da malha rodoviária, do abastecimento d'água e do esgotamento sanitário nas principais cidades metropolitanas e os investimentos industriais apoiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI); e os investimentos em turismo.

desconcentrados do sudeste e, nos anos 80 e 90, reestruturado pelo turismo. É originário da histórica concentração de serviços públicos na capital potiguar, partindo das áreas centrais mais urbanizadas e em direção ao sul de Natal para os bairros de melhor renda. E, ao norte e oeste, para a constituição de enorme periferia urbana. b) o do turismo, mais recente, dos anos 90. A área turistificada extrapola Natal e os 5 municípios metropolitanos costeiros. Configura uma espécie de “filamento do oceano” no sentido norte e sul a partir de Natal urbanizando e modificando a feição da costa litorânea. São cerca de 100 km ao norte e 100 Km ao sul de Natal, com forte concentração em Natal e praias e pequenos núcleos urbanizados ,descontínuos, longe das sedes municipais. Observa-se a formação de dois núcleos nas extremidades: Pipa ao sul e São Miguel do Gostoso, ao norte. c) o das atividades rurais e interiorizadas, constitutivas de vazios e terras para especulação imobiliária.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, o turismo como alavancador de novos processos e espaços econômicos. Como afirma Sassen (1998.p.56) “em resumo, a globalização econômica tem exercido inúmeros impactos sobre cidades e sistemas urbanos da América Latina e Caribe. Em alguns casos, contribuiu para o desenvolvimento de novos pólos de crescimentos situados fora das grandes aglomerações urbanas. Esse tem sido com freqüência, o caso de desenvolvimento de zonas de exportação, de manufaturas, agricultura voltada para exportação e turismo. Em outros casos, aumentou o peso das aglomerações urbanas primaciais, à medida que novos pólos de crescimento foram desenvolvidos nessas áreas. Um terceiro caso, é aquele representado por grandes centros comerciais e financeiros... vários dos quais presenciaram grande fortalecimento de suas ligações com os mercados globais e com os grandes centros de comércio internacional do mundo desenvolvido” Em Natal afirma-se que o turismo é um dos vetores que vem determinando a expansão metropolitana, vem criando novas espacialidades, novos

processos, também responsáveis pelas atuais (e recentes) formas espaciais na RM. Configuraria um dos três tipos de locais para a implantação de processos globais sugeridos por Sassen (os centros de turismo) que estariam contribuindo para provocar desarticulação entre cidades e setores participantes e não participantes de tais processos, tratando-se “de uma nova espécie de desigualdade urbana” (Sassen,1998,p.56). Nesse sentido, a polarização pode ser entendida também como um fenômeno interno às próprias cidades integrantes (ou em integração) das principais redes de negócios (no caso de Natal, imobiliário-turístico) mundial.

3. A questão social na RMNatal

Os traços da crise social vivenciada pelas regiões metropolitanas brasileiras também se expressam em Natal, principalmente, por uma realidade social marcada negativamente, por questões relacionadas à educação, trabalho, distribuição de renda, questões demográficas e infra-estrutura básica (de saúde e saneamento). É importante ressaltar as desigualdades sócio-espaciais existentes no seu interior, expressas principalmente pelo elevado índice de pobreza..Estudos anteriormente realizados (CLEMENTINO et al, 2005 e 2006) deixaram patente que os municípios mais integrados são os que apresentam as condições sociais melhores, o que não significa dizer que são as ideais. Ou seja, os municípios mais integrados funcionalmente e que conformam a mancha urbana, têm condições socioeconômicas melhores. (CLEMENTINO, BENTES E CARDOSO,2007)Em relação a distribuição de renda, por exemplo, no município pólo, e, por conseguinte naqueles a ele mais integrados, a concentração de renda se faz mais contundente.Tal constatação nos leva a pensar, que o processo de metropolização deve ser compreendido também como um processo de maior afirmação do padrão de desenvolvimento capitalista, e

como esse tende cada vez mais a concentrar a renda esse fato acontece naqueles municípios onde as relações capitalistas ocorrem com mais intensidade.

Um dos resultados da forte concentração de renda e, portanto um dos principais vetores da crise urbana é a questão da moradia. Na RMNatal não é somente a falta de moradia que se constitui como problema social, mas a sua inadequação. Além disso, a inexistência ou a precariedade de serviços essenciais à moradia forma um conjunto de problemas sociais merecedores de uma maior atenção pela política pública. (PHIS, 2005)

Numa síntese geral da realidade socioeconômica da Região Metropolitana de Natal, seria possível afirmar a existência dos processos de segmentação e segregação socioespacial e de exclusão social desencadeados pela intensa desigualdade sócio-espacial revelados pela situação de pobreza que se faz presente em toda a região. Mesmo em Natal, onde os indicadores sociais são melhores essa realidade é marcante na sua realidade espacial.

Diante dessa realidade convém mencionar que as ações públicas ao selecionar espaços, assim como o capital, têm sido vetores significativos na construção dessa realidade. Associados à fragilidade e a baixa capacidade de mobilização das populações residentes nesses municípios, uma vez que essa, dada as próprias condições sociais ainda não tem produzido mecanismos que venha impor uma autonomia em busca de uma justiça social e, portanto de um desenvolvimento sócio-espacial.

4- Sobre a estrutura sócio-ocupacional da RMNatal

È necessário que busquemos compreender a estrutura social a partir da hierarquização dos grupos sociais pela forma de ocupação que os caracteriza de modo a construir uma *proxy* da estrutura social, buscando compreender em suas características sociais e demográficas. A *proxy* da estrutura social, é fundamental para a análise tipológica espacial das categorias sócio-ocupacionais constituídas pela combinação das variáveis

renda, ocupação, da posição na ocupação, do setor de atividades e do grau de instrução que as pessoas apresentam.

Os princípios de divisão social do espaço da RMNatal segundo as variáveis sócio-ocupacionais, obtida a partir dos dados censitários relativos ao ano 2000, nos permitiu inferir que seu espaço metropolitano obedece a uma divisão social hierárquica das ocupações e conseqüentemente das estruturas sociais e urbanas, que apresentam diferenciadas e segmentadas espacialmente.

A estrutura sócio-ocupacional da RMN foi estratificada por classes de ocupação representada na Tabela 02, a qual indica serem as ocupações medias e baixas que apresentam a maior concentração de indivíduos, inseridos em atividades medias, sugerindo que houve nesse período a expansão do proletariado.

Essa tendência, é conformada pelo fato da RMNatal, historicamente ser uma região de inexpressiva presença do setor industrial, e forte presença do setor de serviços tradicionais. Tal tendência é perceptível ao se observar que as classes superiores, formadas pelos grandes empregadores, dirigentes dos setores público e privado representa apenas 1,2% das ocupações.

Nesse sentido, podemos inferir que a estrutura social da RMNatal, é ainda de um espaço social fortemente hierarquizado, uma base ampla, formada pelas categorias medias e proletárias. Dessa forma emerge a necessidade, de observar se essa hierarquização é espacial homogênea ou não.

Tabela 02 - Estrutura Socio-Ocupacional da Região Metropolitana de Natal – 2000

Classes	Nº	%
Elite Dirigente	4576	1,2
Grandes Empregadores	2028	0,5
Dirigentes do Setor Público	1358	0,4
Dirigentes do Setor Privado	1190	0,3
Elite Intelectual	26706	7,0
Profissionais Autônomos de Nível Superior	4676	1,2
Profissionais Empregados de Nível Superior	9613	2,5
Profissionais Estatutários de Nível Superior	4215	1,1
Professores de Nível Superior	8202	2,1
Pequenos Empregadores	9352	2,4
Pequenos Empregadores	9352	2,4
Ocupações Médias	96240	25,1
Ocupações de Escritório	31865	8,3
Ocupações de Supervisão	13942	3,6
Ocupações Técnicas	17056	4,4
Ocupações Médias da Saúde e Educação	19684	5,1
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	9708	2,5
Ocupações Artísticas e Similares	3985	1,0
Trabalhadores do Secundário	82652	21,5
Trabalhadores da Indústria Moderna	14397	3,7
Trabalhadores da Indústria Tradicional	21723	5,7
Operários dos Serviços Auxiliares	19888	5,2
Operários da Construção Civil	26644	6,9
Trabalhadores do Terciário Especializado	76687	20,0
Trabalhadores do Comércio	37295	9,7
Prestadores de Serviços Especializados	39392	10,3
Trabalhadores do Terciário Não - Especializado	69105	18,0
Prestadores de Serviços Não Especializados	17534	4,6
Trabalhadores Domésticos	30457	7,9
Ambulantes e Catadores	21114	5,5
Ocupações Agrícolas	18834	4,9
Agricultores	18834	4,9
Total	384152	100,0

Fonte: IBGE-Censo Demográfico, 2000.

Na busca em responder a essa questão, ou melhor, entender a qual estrutura social de fato corresponde a RMNatal? E assim classificar hierarquicamente as Categorias Sócios Ocupacionais- CAT's- , se utilizou a estatística multivariada, com ênfase no uso de suas ferramentas de análise, em particular a Fatorial, de Correspondência e de Cluster

combinadas como forma de compreender as diferenciações da estrutura social que compõem a região metropolitana.

A opção pela estatística multivariada, se deu pelo fato de se constituir em um conjunto de métodos que podem ser utilizados quando se tem varias variáveis e que precisam ser medidas simultaneamente em cada elemento amostral, (MINGOTI, 2005, p. 21). Na metodologia, temos o conjunto de CAT's que necessitam ser medidas em cada AED (Área de Expansão da Amostra do Censo de 2000), que é a nossa unidade amostral. Em virtude disso, utilizamos inicialmente análise fatorial e de correspondência para observar como estão distribuídas espacialmente as 24 categorias sócio-ocupacionais desagregadas nas 36 áreas de expansão demográfica e geográfica a que corresponde no espaço metropolitano de Natal.

Uma vez, feita a análise fatorial e de correspondência, e interpretação dos seus resultados seguiu-se a construção do processo de Classificação Hierárquica Ascendente para observar quais as relações de proximidades e distanciamento social entre as CATs e o espaço que elas ocupam.

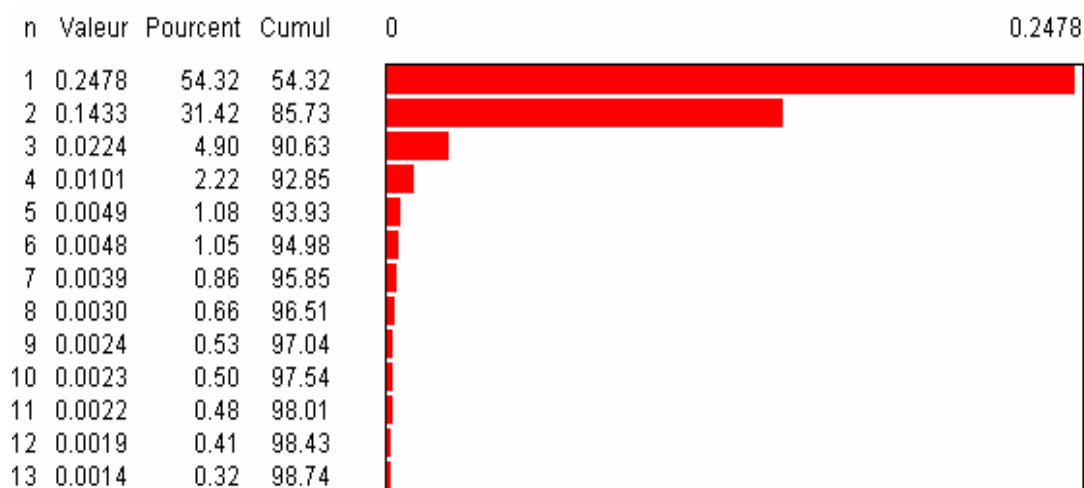
Para realizar a análise das CAT's pela Classificação Hierárquica Ascendente-(CHA), se utilizou o software Starlab e o Excel. Durante esse processo se observou a necessidade de rodar mais de uma classificação, executando três em sua totalidade e assim perceber a consistência dos fatores 1 e 2 em cada uma das rodadas de classificação hierárquica ascendente das categorias e assim delimitar os agrupamentos espacialmente.

Para delimitar espacialmente, os resultados foram geo-referenciados no software SPRING (versão 4.2) que permitiu gerar a espacialidades da RMNatal e produzir os mapas temáticos, cruzando a tipologia com as informações que nos possibilitasse uma análise das condições sociais dos tipos na metrópole potiguar.

Os resultados da análise fatorial, visível no gráfico 1, mostra que o espaço social da RMNatal é fortemente hierarquizado, conforme é expressa pelos fatores 1 e 2, responsáveis por 85% da variância total em relação ao perfil médio das áreas.

Entretanto, o fator 1, concentra sozinho 54%, ou seja, mais da metade das variações dos perfis sócio-ocupacionais que são explicados por esse fator. O fator 2 representa as diferenças de composição entre espaços periféricos e espaços centrais, sendo responsável por 31% das variações.

Gráfico 1
Variância dos Fatores na Análise Fatorial de 2000 para a RMNatal.



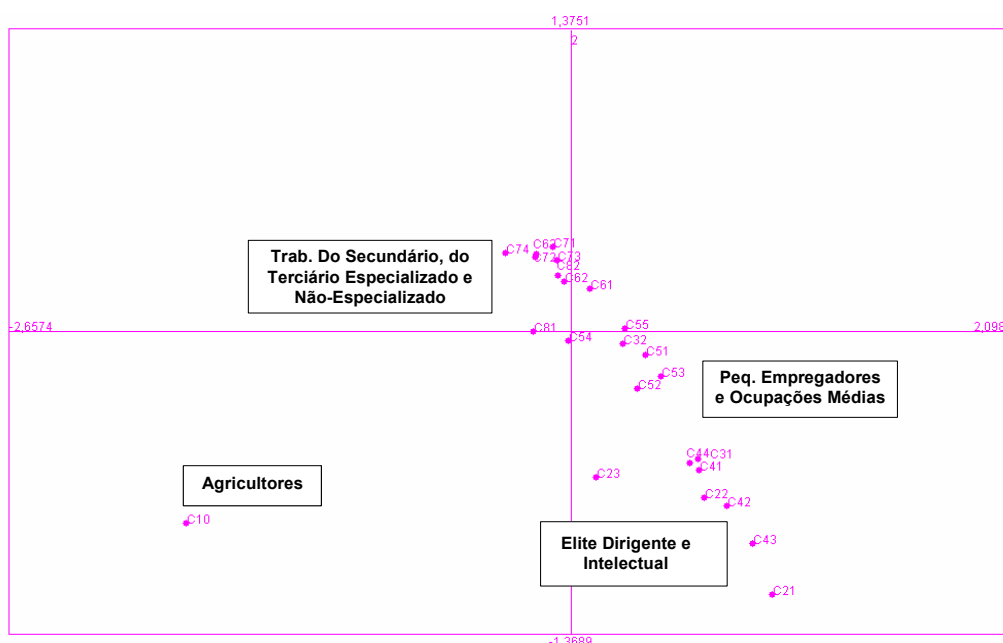
Variance totale = 0.46

Fonte: RMNatal, 2006.

O gráfico 2, que apresenta os resultado de análise de correspondência evidencia a relação existente entre a hierarquia social e espacial da RMN, pois ao analisarmos as posições ocupadas pelas categorias no eixo 1, fica confirmado que a divisão de classes é também o vetor principal de divisão do espaço metropolitano de Natal. É perceptível a formação de 4 agrupamentos bem definidos, sendo o agrupamento formado pela CAT 10 (agricultores) um cluster isolado.

Na seqüência, é perceptível que as categorias dos trabalhadores (do secundário, do terciário especializado e não-especializado), das ocupações médias (escritório, supervisão, técnicas, de saúde e de educação, segurança pública, justiça e correios, artísticas e similares) contribuem com cerca de 85% na constituição da hierarquia social sintetizada pelo eixo 2, indicando a formação de agrupamentos mais homogêneos por agregar em sua totalidade um mister de ocupações médias.

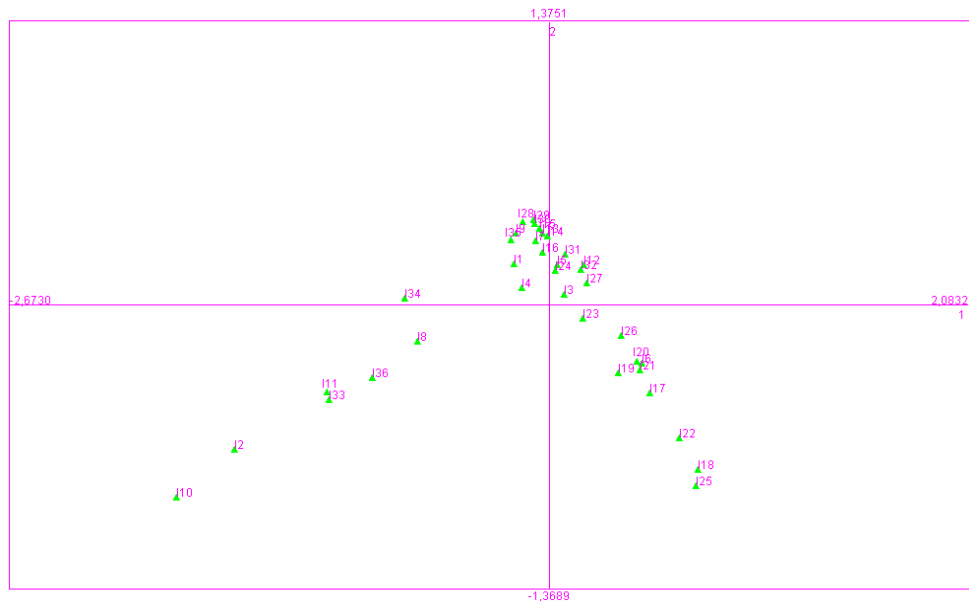
Gráfico 2
Espaço Fatorial das Categorias Sócio-ocupacionais da RMNatal



Fonte: RMNatal, 2006.

O eixo 2, também nos indica outro agrupamento espacial da RMNatal, formado pelas categorias agrícola, pequenos empregadores e a elite dirigente e intelectual. Conformado espaços mais diferenciados, conforme se observa no Gráficos 3.

Gráfico 3
Espaço Fatorial das Áreas da RMNatal

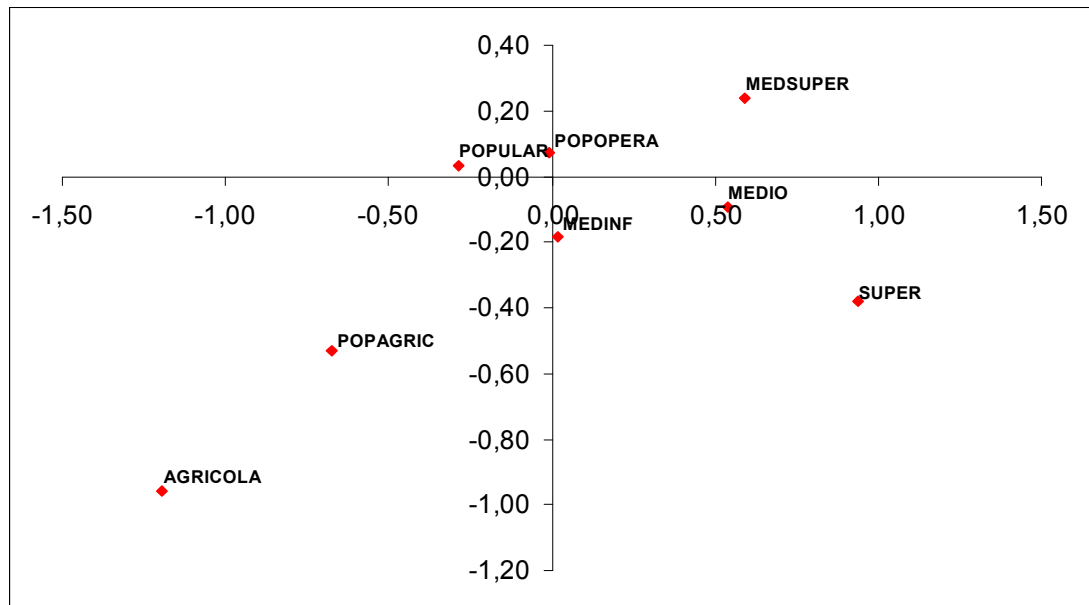


Fonte: RMNatal, 2006.

Contudo, ao se observar o espaço fatorial das áreas, expressados no Gráfico 2, percebe-se que o mesmo é dividido obedecendo a uma hierarquia tanto das AED's como das CATs, observando-se que no caso da CAT 10 (gráfico 3) constitui-se um agrupamento isolado formado por áreas rurais e de pouca integração com o pólo metropolitano.

No gráfico 4, essa relação de hierarquia é bem explicitada ao se observar que há ordenamento de valores, na disposição fatorial dos tipos. Do tipo agrícola ao superior, passando pelas classes médias e populares.

Gráfico 4
Espaço Fatorial dos Tipos da RMNatal



Fonte: RMNatal, 2006.

É importante, ressaltar que a metodologia sócio-espacial que norteia os estudos da Rede Observatório das Metrôpoles, é fundamentada estatisticamente na análise de correspondência hierárquica ascendente, como explicitamos acima. Instigando-nos a entender qual a composição de cada tipo sócio espacial que corresponde a uma estrutura social própria e diferenciada para cada tipo no conjunto da RMNatal. Assim sendo, e dando continuidade a explicação metodológica para a construção da tipologia sócio-espacial tomamos como parâmetro, o trabalho de Ribeiro e Lago (2000), que aponta como sendo essencial a observância de três aspectos fundamentais para que a metodologia seja desenvolvida, são eles:

- a) escolha da unidade social de análise;
- b) Escolha das variáveis pelas quais a distribuição das pessoas no espaço será discutida;
- c) E a escolha da unidade espacial de análise a partir da qual a descrição será efetuada.

A opção por utilizar os dados do Censo Demográfico de 2000 por pessoas, como unidade social de nossa análise, parte do pressuposto de que o IBGE levanta informações demográficas e socioeconômicas para o conjunto da população. Considerando que as pessoas, na grande maioria, vivem em famílias e que as escolhas de localização residencial expressam os recursos mobilizados e alocados no interior deste universo familiar, essa opção servirá adequadamente para expressar a forma pela qual a segregação residencial está socialmente distribuída no espaço metropolitano.

Seguindo a lógica proposta por Ribeiro e Lago (2000), o próximo passo para a construção de uma tipologia sócio-espacial parte da formação de um sistema de hierarquização social das ocupações que nos servisse de *proxy* da Estrutura Social.⁹

O autor justifica que a opção pela utilização da variável ocupação, deve-se ao fato dela permitir testar as possíveis relações entre transformações econômicas e mudanças sócio-espaciais. Essa variável nos permite também, uma melhor aproximação descrita da estrutura de classes e o seu papel na estratificação sócio-espacial. Acrescenta que, a ocupação apresenta características de “variável-síntese” de múltiplos processos sociais cujo conhecimento é fundamental na análise da estruturação da cidade tais como modelo de consumo, estilo de vida etc.

A necessidade de se trabalhar com certo número limitado de variáveis a partir das quais possibilitasse descrever os indivíduos em suas diferenças e semelhanças, , origina-se (segundo Ribeiro e Lago , 2000) da preocupação de que o pesquisador não “mergulhe” de forma confusa num mundo de informações que ele não possa ordenar.

O uso de vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais, descritas no Anexo1, partindo do agrupamento de mais de quatrocentas ocupações do Censo Demográfico de 2000, utilizando filtros de renda e grau de instrução, desponta como importante “arma” de

⁹ Segundo o autor devemos tomar como referência os trabalhos desenvolvidos por Tabard (1993), Chenu e Tabard (1993) e Wright (1964), sobre as categorias sócio-ocupacionais, construídas a partir da combinação de variáveis de renda, de ocupação e de grau de instrução.

explicação da estruturação do espaço social da cidade a partir da identificação de padrões de localização residencial da população.

A escolha da unidade espacial de análise depende da desagregação do território da cidade, em áreas a partir das quais possibilitasse o estudo da variação da distribuição da população no território da metrópole, capturando a maior diferenciação social do espaço.

É necessário que a desagregação seja suficientemente fina para que ela não imponha sua própria lógica, mas, ao contrário, deixe transparecer “todas as continuidades, as rupturas e as linhas de forças segundo as quais se organiza o espaço social da cidade” (GRAFMEYER; 1999. 100 apud RIBEIRO e LAGO; 2000).

Contudo, a grande dificuldade de identificação dessas áreas é o fato de elas já estarem organizadas geograficamente segundo critérios de regionalização estabelecidos pelo IBGE. Há pelo menos dois tipos de regionalização com um nível de desagregação satisfatória disponibilizadas pelo IBGE, as informações sócio-demográficas estão distribuídas na escala dos setores censitários e das áreas de ponderação da amostra (Areap).¹⁰

A dificuldade de trabalhar com o nível de desagregação provinda dos setores censitários se deve ao fato de que a região metropolitana apresenta um grande número de setores (mais de novecentos setores), esse alto nível de desagregação acaba representando um problema quanto a sua representatividade estatística, dada ao seu pequeno tamanho demográfico.

¹⁰ Segundo o IBGE (2000), o setor censitário é definido como a unidade de coleta na qual mora cerca de mil pessoas e cuja extensão permite ser percorrida pelo recenseador; enquanto as áreas de ponderação definem-se como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.

Ribeiro (2000) argumenta que:

A utilização de medidas sintéticas – tais como os índices de dissimilaridade e de segregação – é fortemente influenciado pelas diferenças demográficas entre as áreas. O tamanho demográfico também favorece para mais ou para menos o resultado da análise em termos de maior ou menor diferenciação social dos espaços. Por último o tamanho demográfico também tem implicações na confiabilidade estatística dos dados. (RIBEIRO, 2000).

Portanto, a unidade territorial tomada como base para construção da Tipologia Sócio-Espacial foram às áreas de ponderação, usualmente chamadas de áreas de expansão demográfica (Aed's).

A utilização das áreas de expansão demográfica justifica-se por reproduzirem a área mínima para qual os dados do Censo Demográfico de 2000 (largamente utilizados como fonte de dados para o desenvolvimento da pesquisa), fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas. As áreas de ponderação foram definidas considerando essa condição e, também, os níveis geográficos mais detalhados da base operacional, como forma de atender a demandas por informações em níveis geográficos menores que os municípios. (IBGE, 2000)

De acordo com as informações do Censo Demográfico de 2000, a Região Metropolitana de Natal encontra-se subdividida perante trinta e seis áreas de expansão demográfica (AED), mostrada pelo **Mapa constante no Anexo 2**:

Tendo em mãos as trinta e seis áreas de expansão demográfica e as vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais, realizamos uma análise fatorial por correspondência a qual representa uma técnica multivariada que possibilita estudar a relação existente entre várias

categorias de variáveis em estudo, como por exemplo, nesse trabalho utilizou-se a análise de correspondência para estudar a relação existente entre as vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais e as trinta e seis áreas de expansão demográfica; e em seguida da classificação hierárquica ascendente.¹¹

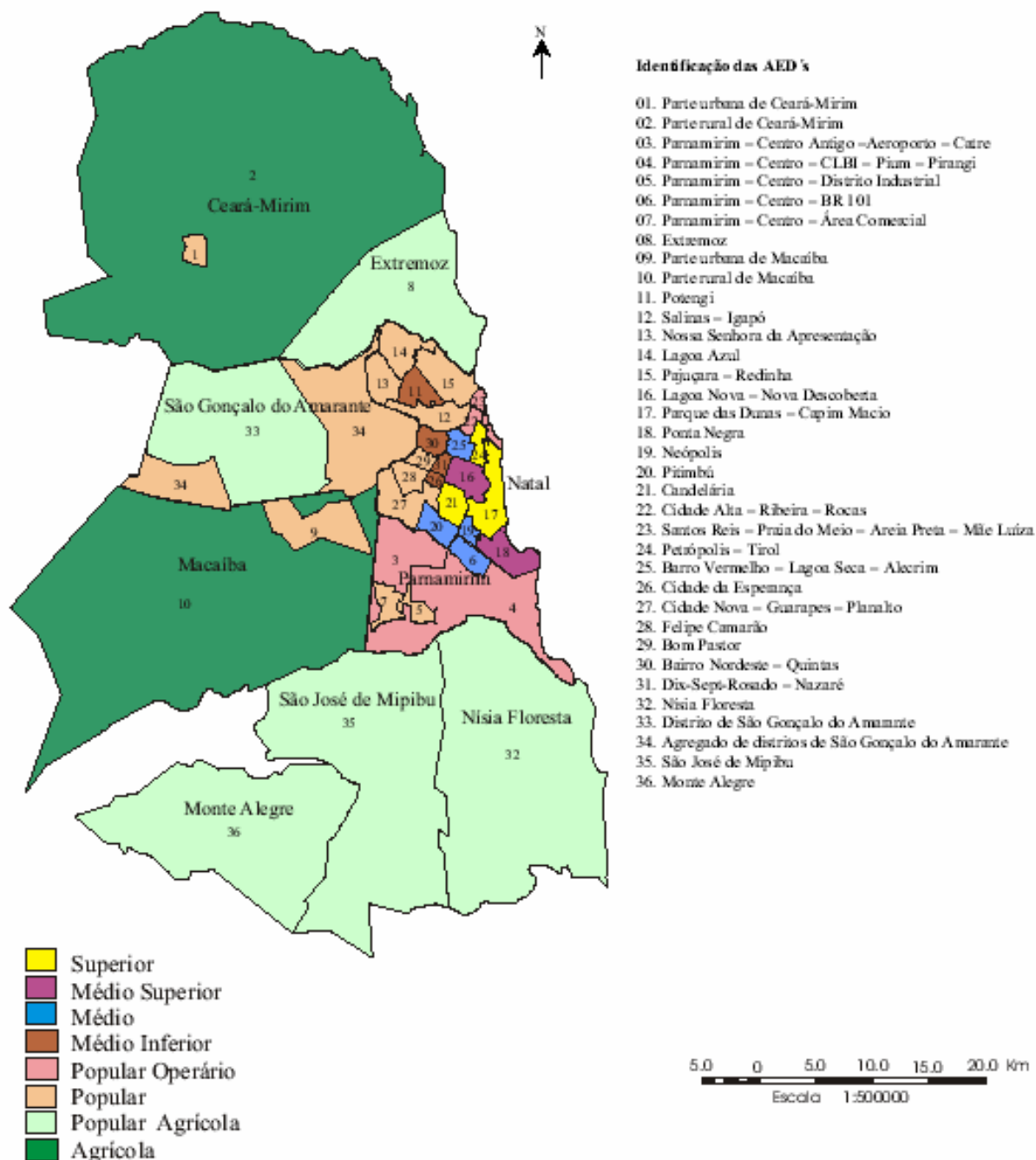
Segundo Ribeiro (2000), o mapa construído a partir da tipologia representa a geografia da divisão social do espaço metropolitano. Sendo assim, atendendo os nossos anseios, é possível identificar os princípios pelos quais, o espaço social da Região Metropolitana de Natal se divide, sintetizando em oito áreas-tipo que retratam a hierarquia sócio-espacial da metrópole, visualizada no **Mapa 1** mostrado a seguir.

¹¹ Ribeiro (2000) sugere para descrição das técnicas de análise fatorial por correspondência múltipla e classificação hierárquica ascendente, ver Sanders (1989) e Fenelon (1981).

Mapa 1



Tipologias socioespaciais - RMNATAL - 2000.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do Censo, IBGE, 2000.

5 -Descrição da tipologia sócio-ocupacional

Os espaços Superiores, no qual representa as áreas do *Parque das Dunas – Capim Macio*; *Petrópolis – Tirol*; e *Candelária*, são caracterizados por concentrarem significativamente a “Elite Dirigente”. Cerca de 54% dos grandes empregadores estão localizados nessas AED’s, havendo também a participação dos Dirigentes do Setor Público (35%) e Dirigentes do Setor Privado (30%).

Outra categoria que apresenta forte peso na ocupação desses espaços são as responsáveis pela “Elite Intelectual”, as quais concentram cerca de 36% dos profissionais Autônomos de Nível Superior, 37% dos Profissionais Empregados de Nível Superior, 42% dos Profissionais Estatutários de Nível Superior e 30% dos Professores de Nível Superior.

As Categorias Sócio-ocupacionais referentes às ocupações médias, também apresentam uma sensível participação nos espaços do tipo superior, porém numa proporção inferior, variando de 10% a 21% .

Analisando superficialmente a distribuição espacial desse tipo, ressalta-se a sua concentração em áreas já tradicionalmente habitadas por uma classe social mais abastada, ou seja, parte da elite natalense, configurando aquilo que Lobato chama de “bairros de status”.

Os espaços Médio-Superiores têm sua participação nas categorias sócio-ocupacionais bem semelhantes aos espaços Superiores, no entanto, com maior grau de mistura no que condiz a uma colaboração mais significativa, no que se refere à participação das categorias das “ocupações médias”, como também uma menor participação das categorias pertencentes a “Elite Dirigente” e “Intelectual”.

As áreas de expansão demográfica, onde este tipo está concentrado, são as áreas de *Ponta Negra e Lagoa nova – Nova Descoberta*. São áreas de expansão recente, sofrendo hoje forte processo de verticalização e grande valorização imobiliária.

O Caso de *Ponta Negra* em especial, chama a atenção pela sua não participação entre os espaços do tipo Superior. A hipótese levantada é que no interior dessa AED, ocorra a presença de áreas que são caracterizados por apresentarem uma considerável colaboração das “Ocupações Médias”, como o “Conjunto de Ponta Negra” (construído pelo Inocop no início dos anos 80), como também uma sensível participação da categoria dos “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”, concentrado em parcela significativa da população que compõe a “Vila de Ponta Negra” (vila de pescadores que deu origem ao bairro e hoje substancialmente descaracterizada))

No que se refere aos espaços Médios à participação da “Elite Dirigente” e “Intelectual”, se comparada com os demais tipos descritos anteriormente, apresentam-se em uma proporção inferior, configurando um grau de mistura superior a elas, justificado em parte pela colaboração das “Ocupações Médias” e dos “Trabalhadores do Terciário Especializado”.

Esse tipo está distribuído dentre as áreas de *Barro Vermelho – Lagoa Seca – Alecrim; Neópolis; Pintmibú; e Parnamirim – Centro – Br 101* (área onde estão localizados os bairros como Cidade Verde e Nova Parnamirim).

Chamamos atenção para os espaços Médio-Inferiores. Eles despontam como o tipo de transição entre as duas pontas da estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Natal, se configurando como tipo com alto nível de mistura perante as categorias sócio-ocupacionais, tendo em sua formação tanto a participação das “Ocupações Médias” quanto à colaboração das categorias mais populares como, “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”.

Esse tipo encontra-se distribuído nas áreas do, *Potengi, Bairro Nordeste – Quintas, Dix-sept-Rosado – Nazaré* e a área referente à *Cidade da Esperança*.

Essas AED's são caracterizadas por apresentarem categorias como as “Ocupações Médias”, destacando-se as participações nas Ocupações Artísticas e Similares (14%), Ocupações de Escritório (cerca de 17%), Ocupações Médias de Saúde e Educação (aproximadamente 16%); “Trabalhadores do Terciário Especializado”; e “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”.

Os espaços Popular-Operários encontram-se distribuídos dentre as AED's de, *Santos Reis – Praia do Meio- Areia Preta – Mãe Luíza, Cidade Alta – Ribeira – Rocas, Parnamirim – Centro Antigo – Aeroporto – Catre e Parnamirim – Centro – CLBI – Pium – Pirangi*.

Essas AED's são caracterizadas por apresentarem considerável participação das categorias dos “Trabalhadores do Terciário Especializado”, sofrendo sensível tendência as categorias sócio-ocupacionais dos “Trabalhadores do Secundário”, onde se destacam a participação dos Operários dos Serviços Auxiliares (cerca de 16%) e dos Operários da Construção Civil (aproximadamente 15%).

Verifica-se também, a colaboração de categorias sócio-ocupacionais como, a dos “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”, dado a colaboração de cerca de 14% dos Trabalhadores Domésticos e 16% dos Ambulantes e Catadores.

Nos espaços Populares, cai fortemente a participação das categorias Médias e Superiores, passando a ter maior significância à participação dos “Trabalhadores do Terciário Especializado”, “Trabalhadores do Terciário Não-Especializados” - só o peso sobre a categoria dos Ambulantes e Catadores, por exemplo, é de cerca de 17%. Também é preciso ressaltar a considerável participação desse tipo sobre os “Trabalhadores do Setor

Secundário”, responsável por abarcar uma parcela de quase 23% dos Trabalhadores da Indústria Moderna e cerca de 22% de Trabalhadores da Indústria Tradicional.

As AED’s que compõem esse tipo são: a *Parte Urbana de Macaíba*, os *Agregados de Distrito de São Gonçalo do Amarante, Salinas – Igapó, Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Pajuçara – Redinha, Bom Pastor, Felipe Camarão, Cidade Nova – Guarapes – Planalto, Parnamirim – Centro – Distrito Industrial, Parnamirim – Centro – Área Comercial*.

As AED’s que compõem o tipo Popular-Agrícola são caracterizadas por serem áreas que apesar de terem um considerável peso da categoria Agrícola em sua composição, se destaca por sua participação em torno das ocupações mais populares, concentrando consideravelmente as suas ocupações na categoria dos Trabalhadores do Terciário Não-Especializado, possibilitando com que essas AED’s se diferenciem de uma tipologia eminentemente agrícola.

As AED’s que fazem parte desse tipo são referentes aos municípios de *Nísia Floresta, São José do Mipibú, Monte Alegre, Extremoz* e o *Distrito de São Gonçalo do Amarante*.¹²

Uma inferência necessária cabe ao caso do município de São Gonçalo do Amarante. Pode-se causar algum estranhamento quanto à concentração de categorias sócio-ocupacionais mais populares na AED de agregados de distrito de São Gonçalo do Amarante, já que ela segundo lei municipal representa a zona rural de São Gonçalo, contudo vale a pena ressaltar a particularidade desta AED. Apesar de apresentar-se visualmente urbanizada,

¹² Segundo o IBGE (2000), o setor censitário é definido como a unidade de coleta na qual mora cerca de mil pessoas e cuja extensão permite ser percorrida pelo recenseador; enquanto as áreas de ponderação definem-se como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.

esta AED é considerada no âmbito da lei municipal como zona rural do município, e como, o IBGE baseia-se na lei municipal para distinguir o que é área urbana e o que é área rural, resulta que esta AED, mesmo apesar de apresentar-se como uma área urbanizada é catalogada pelo Censo Demográfico como rural.

Acaba ocorrendo uma inversão de papéis dado ao atraso da lei municipal de São Gonçalo do Amarante, o Distrito de São Gonçalo do Amarante, onde está localizada a sede municipal, acaba tendo uma participação da ocupação agrícola superior aos Agregados de Distrito (área esta mais influenciada por ocupações mais populares, como os “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado”).

Enfim, fechando a tipologia sócio-espacial da Região Metropolitana de Natal, o tipo Agrícola é caracterizado pela forte representatividade da categoria agrícola nas AED's da *Parte Rural de Ceará-Mirim e Parte Rural de Macaíba*. A participação desse tipo sócio-espacial na categoria agrícola chega a aproximadamente 59%, enquanto as ocupações Médias e Superiores apresentam representatividade insignificante nesse tipo.

Como vimos, a composição dos tipos apresentam estruturas individuais bem diferentes na composição da tipologia para a RMNatal. Essas diferenças se acentuam quando observamos os traços gerais de cada tipo sócio-espacial.

No caso, da RMNatal, podemos observar que do ponto de vista demográfico, agregam percentuais distintos tanto na agregação de áreas geográficas que cada contempla como também o número absoluto e relativo que representa as populações totais e ocupadas em cada tipo.

A Tabela 3, evidencia justamente essa diferenciação, mostrando que são os tipos médios e populares que concentram tanto áreas como população. O tipo superior, representa apenas 5,3% da população total 6,9% da população ocupada, todavia, a população ocupada do tipo superior é 45,2%

E a medida que os tipos, decrescem na hierarquia sócio-espacial, diminuem também a proporção de pessoas ocupadas em cada tipo. Os tipos médio superior e médio se comportam praticamente da mesma forma que o tipo superior, apesar do tipo médio ter uma população total e ocupada superiores ao médio superior, mas o comportamento é semelhante.

Tabela 3 - Descrição Demográfica dos Tipos - Região Metropolitana de Natal - 2000

Tipos Sócio-Espaciais	Número de Áreas	%	População Total	%	População Ocupada	%	% Pop Ocup tipo
Superior	3	8,3	59112	5,3	26735	6,9	45,2%
Médio Superior	2	5,6	71650	6,4	30847	7,9	43,0%
Médio	4	11,1	117130	10,5	48207	12,4	41,1%
Médio Inferior	4	11,1	149445	13,4	54256	14,0	36,3%
Popular Operário	4	11,1	86417	7,7	29842	7,7	34,5%
Popular	12	33,3	471878	42,3	153197	39,4	32,4%
Popular Agrícola	5	13,9	110484	9,9	31435	8,1	28,4%
Agrícola	2	5,6	50427	4,5	14037	3,6	27,8%
Total	36	100,0	1116543	100,0	388556	100,0	-

Fonte: IBGE-Censo Demográfico, 2000.

No entanto, a partir dos tipos médios inferiores, populares e agrícolas observa-se que as populações ocupadas no interior de desses tipos diminuem significativamente, não ultrapassando 30% de pessoas ocupadas.

Essa situação é bem exemplificada, no tipo popular, que tem uma população total de 42,3% do conjunto dos tipos, da qual representa 39,4% dos ocupados, mas apenas 32,4 são ocupados neste tipo. O que nos leva a supor, que a proporção de pessoas ocupadas são diferenciadas em cada tipo, e quanto mais inferior a estrutura social que compõem, menor será a proporção de pessoas ocupadas neste tipo.

6- Interpretação da Organização Social do Espaço.

A organização social do espaço metropolitano a partir da descrição dos tipos pela sua composição ocupacional nos possibilita interpretar que cada tipo apresenta uma estrutura social própria e distinta uma da outra.

Especialmente, porque o objetivo é identificar quais mudanças vêm ocorrendo na estrutural sócio-ocupacional e são decorrentes das mudanças produtivas ocorridas nas últimas décadas. E assim perceber se temos uma tendência de segregação na RMNatal, ou seja, se temos uma tendência de agrupamento no espaço de grupos sociais homogêneos ou heterogêneos.

Pasternak (2004), afirma que entender a segregação seria observar também se esta é resultado de uma desigualdade socioespacial, expressando-se no território metropolitano. No caso de Natal as camadas médias parecem ser o elemento decisivo, pois os primeiros resultados da tipologia mostram os estratos médios como discriminadores do espaço, como primeira marca da divisão social do território .

Desse modo, iremos descrever qual a composição dos tipos e interpretar qual sua estrutura individual, se é homogêneo, se muito diferenciado ou constitui um espaço territorialmente segmentado.

O tipo superior mostra uma composição, apontada na Tabela 4, que as ocupações de escritório correspondem a 12% , sendo a mais significativa categoria no tipo. Os profissionais empregados de nível superior formam a segunda categoria com peso representativo no tipo. O mesmo apresenta como terceira categoria em importância os trabalhadores domésticos com 7,8%, seguidos dos pequenos empregados com 7,6%.

Já, o tipo médio superior, sugere uma distribuição semelhante em termos de composição com o superior, tendo como categoria predominante as ocupações de escritório

com 10,9%, seguida pelos prestadores de serviços especializados de 8,9% e os domésticos com 7,9% se constituindo nas três categorias principais que compõem o tipo.

Os dados da tabela 4 ainda sugerem, que no tipo médio, sua composição é caracterizada com uma maior proporção de participação das ocupações de escritório com 13,1%, os trabalhadores do comércio 10,2% e as ocupações técnicas com 8,4% se constituindo nas principais formas de ocupação neste tipo. O tipo médio inferior apresenta 12,3% de prestadores de serviços especializados e trabalhadores dos comércios com 12,1%, seguido das ocupações de escritório com 11%.

Tabela 4- Composição dos Tipos Sócio-espaciais na RMNatal, 2000.

Cat	Nomenclatura	SUPERIOR	MÉDIO SUPERIOR	MÉDIO	MÉDIO INFERIOR	POPULAR OPERÁRIO	POPULAR	POPULAR AGRÍCOLA	AGRÍCOLA	Total Geral
C21	Grandes Empregadores	34	14	08	03	02	00	02	00	63
C22	Dirigentes do Setor Público	13	07	07	02	04	01	02	01	38
C23	Dirigentes do Setor Privado	10	05	03	02	03	02	04	04	33
C31	Pequenos Empregadores	76	64	37	16	24	12	06	03	239
C32	Ocupações Artísticas e Similares	12	14	16	12	09	09	06	04	82
C41	Profissionais Autônomos de Nível Superior	43	28	19	08	10	06	06	01	121
C42	Profissionais Empregados de Nível Superior	98	60	50	16	25	07	05	05	266
C43	Profissionais Estatutários de Nível Superior	51	32	21	05	09	02	01	01	121
C44	Professores de Nível Superior	64	51	36	18	21	08	13	00	211
C51	Ocupações de Escritório	122	109	131	110	85	62	35	11	665
C52	Ocupações de Supervisão	63	59	59	35	30	27	23	16	311
C53	Ocupações Técnicas	76	62	84	51	42	31	13	06	366
C54	Ocupações Médias da Saúde e Educação	42	42	65	65	53	43	65	40	416
C55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	25	25	44	29	23	23	12	05	186
C61	Trabalhadores do Comércio	65	82	102	121	86	111	60	28	655
C62	Prestadores de Serviços Especializados	45	89	79	123	124	118	87	62	727
C63	Prestadores de Serviços Não Especializados	13	19	20	57	58	60	42	38	307
C71	Trabalhadores da Indústria Moderna	10	18	24	42	32	53	36	14	229
C72	Trabalhadores da Indústria Tradicional	15	24	34	57	53	79	64	41	366
C73	Operários dos Serviços Auxiliares	18	27	34	66	53	66	43	33	340
C74	Operários da Construção Civil	09	34	26	46	68	103	101	72	459
C81	Trabalhadores Domésticos	78	79	51	51	90	89	90	129	657
C82	Ambulantes e Catadores	16	46	45	62	62	66	46	40	382
C10	Agricultores	03	10	06	06	31	23	236	446	760
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RMNatal 2006.

Nesse tipo, a presença dos operários dos serviços auxiliares com 6,6% configura uma mudança no padrão dos tipos que até o agrícola, passa a ter sua composição determinada por ocupações com baixo incremento de instrução.

Em todos os tipos, com exceção do superior, os trabalhadores do comércio se constituem numa ocupação presente e significativa em suas composições. Todavia, nos tipos popular e popular agrícola são os trabalhadores da construção civil os que apresentam maior participação, representando respectivamente 10,3% e 10,1%.

Assim sendo, podemos observar que o padrão prevalecente na RMNatal a partir da composição dos tipos é de forte concentração de camadas médias e populares em poucos espaços e com pouca presença de ocupações superiores.

Esse padrão, no entanto, se altera ao se analisar a composição dos tipos pela densidade relativa que cada categoria sócio-ocupacional apresenta na Tabela 5 que através da degradação de cores, mostra que quanto mais forte a cor mais densa a participação da categoria no tipo.

Tabela 5 - Densidade dos Tipos em relação a categorias sócio-ocupacionais na RMNatal, 2000.

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	TIPOLOGIA SOCIO-ESPACIAL							
	SUPERIOR	MED SUPERIOR	MEDIO	MED INFERIOR	POP OPERARIO	POPULAR	POP AGRÍCOLA	AGRÍCOLA
C10 agricultores	0.06	0.20	0.12	0.13	0.63	0.48	3.58	6.87
C21 grandes empregadores	6.48	2.58	1.43	0.57	0.46	0.07	0.78	0.12
C22 dirigentes do setor público	3.70	1.97	2.08	0.53	1.19	0.30	0.57	0.38
C23 dirigentes do setor privado	3.21	1.56	1.03	0.54	1.13	0.49	0.93	1.66
C31 pequenos empregadores	3.12	2.64	1.52	0.65	0.99	0.49	0.18	0.27
C32 ocupações artísticas e similares	1.17	1.33	1.58	1.11	0.91	0.85	0.99	0.35
C41 profissionais autônomos nível superior	3.57	2.33	1.56	0.63	0.82	0.48	0.45	0.28
C42 profissionais empregados de nível superior	3.91	2.40	2.01	0.63	1.01	0.27	0.28	0.17
C43 profissionais estatutários de nível superior	4.61	2.94	1.95	0.44	0.83	0.19	0.00	0.12
C44 professores de nível superior	2.98	2.37	1.68	0.83	1.00	0.38	0.55	0.44
C51 ocupações de escritório	1.47	1.32	1.57	1.33	1.02	0.75	0.51	0.28
C52 ocupações de supervisão	1.74	1.61	1.61	0.96	0.82	0.73	0.62	0.55
C53 ocupações técnicas	1.72	1.41	1.89	1.15	0.96	0.69	0.31	0.23
C54 ocupações médias da saúde e educação	0.82	0.82	1.28	1.27	1.04	0.84	0.89	1.21
C55 ocupações de segurança pública, justiça e correios	0.99	0.99	1.73	1.13	0.89	0.93	0.38	0.39
C61 trabalhadores do comércio	0.67	0.85	1.05	1.25	0.89	1.14	0.59	0.52
C62 prestadores de serviço especializados	0.44	0.86	0.77	1.20	1.21	1.15	0.88	0.74
C63 prestadores de serviço não especializados	0.28	0.41	0.44	1.25	1.28	1.31	0.86	0.90
C71 trabalhadores da indústria moderna	0.25	0.49	0.64	1.11	0.86	1.40	1.33	0.59
C72 trabalhadores da indústria tradicional	0.27	0.43	0.60	1.00	0.93	1.39	1.38	0.85
C73 operários de serviços auxiliares	0.34	0.52	0.66	1.27	1.03	1.28	1.07	0.68
C74 operários da construção civil	0.12	0.49	0.38	0.66	0.98	1.49	1.75	1.13
C81 trabalhadores domésticos	0.98	1.00	0.64	0.65	1.13	1.12	1.16	1.38
C82 ambulantes e catadores	0.30	0.83	0.81	1.12	1.13	1.20	1.06	0.74

Fonte: RMNatal 2006.

Com a densidade dos tipos, nos possibilitou perceber que o tipo superior, apresenta percentualmente os grandes empregadores com a categoria com densidade superior a 6%, sendo seguida pelos profissionais estatutários de nível superior com 4%, compondo tipo mais socialmente hierárquico, mantendo uma relação determinante da renda e da instrução nesse tipo.

Configura um padrão em que se evidencia a concentração das camadas superiores em poucos espaços, mais densos ao mesmo tempo em que, apresenta forte concentração das ocupações medias e populares mais dispersos.

Analisando de forma mais detalhada a distribuição dos grupos ocupacionais, percebe-se que as categorias dos grandes empregadores, dirigentes do setor publico e privado, pequenos empregadores, profissionais autônomos e empregados de nível superior, mas os estatutários e professores de nível superior, representa em media 37% cada grupo na Tabela 6.

Tabela 6- Distribuição Percentual das Categorias Sócio-ocupacionais segundo tipos sócio-espaciais – RMNatal,2000.

Cat	Nomenclatura	SUPERIOR	MÉDIO SUPERIOR	MÉDIO	MÉDIO INFERIOR	POPULAR OPERÁRIO	POPULAR	POPULAR AGRÍCOLA	AGRÍCOLA	Total Geral
C21	Grandes Empregadores	54,0	21,5	11,9	4,7	3,8	0,6	3,5	0,0	100,0
C22	Dirigentes do Setor Público	35,0	18,6	19,6	5,0	11,3	2,8	5,6	2,0	100,0
C23	Dirigentes do Setor Privado	30,0	14,6	9,6	5,0	10,5	4,6	12,5	13,0	100,0
C31	Pequenos Empregadores	31,8	27,0	15,5	6,6	10,1	5,0	2,7	1,4	100,0
C32	Ocupações Artísticas e Similares	14,7	16,8	20,0	14,0	11,5	10,7	7,8	4,5	100,0
C41	Profissionais Autônomos de Nível Superior	35,9	23,5	15,7	6,3	8,3	4,8	4,7	0,7	100,0
C42	Profissionais Empregados de Nível Superior	36,8	22,6	18,9	5,9	9,5	2,5	1,8	2,0	100,0
C43	Profissionais Estatutários de Nível Superior	41,7	26,6	17,6	3,9	7,5	1,7	0,6	0,4	100,0
C44	Professores de Nível Superior	30,2	24,1	17,0	8,4	10,2	3,9	6,2	0,0	100,0
C51	Ocupações de Escritório	18,4	16,4	19,6	16,6	12,8	9,4	5,2	1,6	100,0
C52	Ocupações de Supervisão	20,3	18,8	18,8	11,2	9,6	8,5	7,5	5,3	100,0
C53	Ocupações Técnicas	20,8	17,1	22,9	14,0	11,6	8,4	3,5	1,7	100,0
C54	Ocupações Médias da Saúde e Educação	10,1	10,2	15,7	15,7	12,8	10,3	15,7	9,6	100,0
C55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	13,5	13,5	23,5	15,3	12,1	12,6	6,6	2,9	100,0
C61	Trabalhadores do Comércio	9,9	12,5	15,5	18,5	13,2	16,9	9,2	4,2	100,0
C62	Prestadores de Serviços Especializados	6,2	12,2	10,9	16,9	17,0	16,2	12,0	8,5	100,0
C63	Prestadores de Serviços Não Especializados	4,2	6,1	6,5	18,6	19,0	19,5	13,7	12,4	100,0
C71	Trabalhadores da Indústria Moderna	4,1	8,1	10,5	18,1	14,1	22,9	15,8	6,3	100,0
C72	Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,1	6,6	9,2	15,4	14,4	21,5	17,6	11,1	100,0
C73	Operários dos Serviços Auxiliares	5,2	7,8	10,1	19,3	15,7	19,5	12,5	9,8	100,0
C74	Operários da Construção Civil	1,9	7,4	5,7	10,0	14,8	22,5	22,1	15,6	100,0
C81	Trabalhadores Domésticos	11,9	12,1	7,7	7,8	13,7	13,5	13,7	19,7	100,0
C82	Ambulantes e Catadores	4,3	11,9	11,6	16,1	16,3	17,3	12,0	10,5	100,0
C10	Agricultores	0,4	1,3	0,8	0,8	4,0	3,1	31,0	58,7	100,0

Fonte: RMNatal 2006.

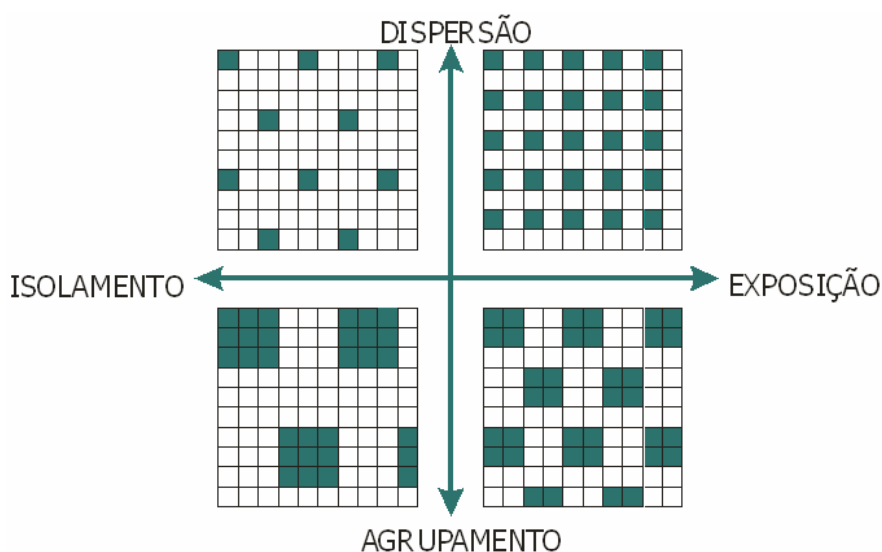
No tipo médio-superior há uma concentração maior das ocupações de nível superior e que se constitui nas maiores densidades relativas a este tipo expressados na Tabela 6, que também aponta no médio, ocorrer a mesma situação de concentração territorial medida pela densidade. Contudo, também apresenta concentração territorial das atividades decorrentes de ocupações escritório, supervisão, técnica e médias de saúde e educação.

O tipo médio-inferior por sua vez apresenta ocupações com maior densidade nas médias de saúde e educação, de segurança pública, justiça e correios. Por sua vez, o tipo popular operário tem pouca concentração, sendo as ocupações mais dispersas no território.

Em relação ao tipo popular, este apresenta uma concentração territorial caracterizada pelas ocupações marcada pelos prestadores de serviço não-especializados, da indústria moderna, tradicional, dos operários de serviços auxiliares e da construção civil, além dos ambulantes e catadores.

No popular agrícola, os agricultores apresenta a maior densidade ocupacional no território da RMNatal, sendo um grupo bem definido com pouca concentração nos demais grupos sócio-ocupacionais.

Gráfico 5



Nesse sentido, podemos inferir que a escala dos fenômenos sociais espaciais na metrópole potiguar, com base na interpretação do Gráfico 5, em que é feita uma representação das posições polares da estrutura social, contrapondo as categorias que compõem os tipos superiores as que configuram os tipos populares. Podemos perceber que os tipos superiores estão mais densamente agrupados, porém com baixa dispersão e os tipos populares mais dispersos e isolados espacialmente.

O Mapa 1 nos permite interpretar melhor essa relação de agrupamento e dispersão dos tipos. É perceptível, como os tipos superiores estão agrupados e pouco dispersos, contemplando três bairros centrais no pólo metropolitano, Natal, que são Parque das Dunas-Capim Macio, Candelária e Petrópolis consideradas áreas socialmente nobres. O referido mapa aponta também, que os tipos médios têm uma maior exposição territorial, mas são os tipos populares e em especial, o tipo agrícola que está mais disperso e isolado no território metropolitano.

Bibliografia

BORJA, J. e CASTELLS, M. (2004). **Local y global: la gestión de las ciudades em la era de la información**. Madrid, Taurus.

CASTELLS ,M.. **The informational city: Information technology, economic, restructuring and urban-regional process**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

BOURDIEU, P. (1999).”Efeitos do lugar” In: BOURDIEU, p. (coord). **A Miséria do mundo**. Petrópoles , Vozes.

CLEMENTINO, M.L.M.,(1995).**Economia e urbanização: o Rio grande do norte nos anos 70**. Natal, CCHLA-UFRN. (Coleção Humanas Letras)

CIEMENTINO, M.L.M.,((2005)(Coord). “ComoAnda Natal”. Natal, NAPP-UFRN. Relatório de pesquisa.

CLEMENTINO, M.L.M (2006). (coord) **Análise do Espaço Metropolitano de Natal**. Natal, NAPP-UFRN. Relatório de pesquisa.

Clementino,M.L, Bentes, Dulce e Cardoso, Alexsandro (2007) **Articulações e contradições da estrutura urbana e metropolitana no turismo internacional de sol e mar em Natal. Belém**, ANPUR. (Trabalho apresentado na XII Reunião Anual – 21 a 25 de maio de 2007))

Fenelon, J.P. Qu’est-ce que L’Analyse des Données, Lefonen, Paris, 1981.

GRAFMEYER, Y; (1994) Regards sociologiques sur la segregation. In: brun,J. e Rhein, C (orgs) **la segregation dans la ville**. Paris, Harmattan.

IBGE,(2000). Censo demográfico 2000. **Documentação de Microdados da Amostra**.

MAMMARELLA, Rosetta (2007). “**Estrutura social e segmentação do espaço metropolitano. um retrato da Região metropolitana de Porto Alegre em 2000**”. São Paulo, EDUC. Caderno metrôpoles N. 13.

MINGOTI, Sueli A (2005). **Analise de dados através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MOYSÉS, Aristides (Coord.). **Cidade,Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia, UCG,2006

PASTERNAK,Suzana.(2004), **Mudanças produtivas e estrutura socioespacial das metrôpoles**. In: *Debate - a pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e médicos*. São Paulo: Revista Espaço e debates. Vol. 24, No. 54, p. 87-109, 2004.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Rio de Janeiro, 2005 (documento para o Ministério das Cidades, mimeo).

PHIS-Prefeitura Municipal de Natal (2005). Natal, PMN. **Relatório do Plano Habitacional de Interesse social**

PRETECEILLE. E.: RIBEIRO, L.C.Q. **Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80**. Encontro Anual da ANPOCS, 22, Caxambu, Minas Gerais, **Anais...** Caxambú: ANPOCS,1998.

RIBEIRO , Luiz César de Queiroz(2000). “ **Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do rio de janeiro**” in; RIBEIRO, L.C. de Q. (org). **O futuro das metrópoles : desigualdades e governabilidade**. Rio de janeiro, Ravan/FASE.

RIBEIRO, L.C.Q. & LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 3, nov., p.111-130, 2000.

SANDERS , L.(1989) *L`analyse statistique dès donnés en géographie*. Alidade/Reclus, Montpellier.

SASSEN, S.(1998) **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel.

ANEXO 1

Categorias Sócio-ocupacionais (Cat's)

- Elite Dirigente
 - Cat 21 – Grandes Empregadores
 - Cat 22 – Dirigentes do Setor Público
 - Cat 23 – Dirigentes do Setor Privado
- Elite Intelectual
 - Cat 41 – Profissionais Autônomos de Nível Superior
 - Cat 42 – Profissionais Empregados de Nível Superior
 - Cat 43 – Profissionais Estatutários de Nível Superior
 - Cat 44 – Professores de Nível Superior
- Pequenos Empregadores
 - Cat 31 – Pequenos Empregadores
- Ocupações Médias
 - Cat 51 – Ocupações de Escritório
 - Cat 52 – Ocupações de Supervisão
 - Cat 53 – Ocupações Técnicas
 - Cat 54 – Ocupações Médias da Saúde e Educação
 - Cat 55 – Ocupações da Segurança Pública, Justiça e Correios
 - Cat 32 – Ocupações Artísticas e Similares
- Trabalhadores do Secundário
 - Cat 71 – Trabalhadores da Indústria Moderna
 - Cat 72 – Trabalhadores da Indústria Tradicional
 - Cat 73 – Trabalhadores dos Serviços Auxiliares
 - Cat 74 – Trabalhadores da Construção Civil
- Trabalhadores do Terciário Especializado

Cat 61 – Trabalhadores do Comércio

Cat 62 – Prestadores de Serviços Especializados

- Trabalhadores do Terciário Não-Especializado

Cat 63 – Prestadores de Serviços Não-Especializados

Cat 81 – Trabalhadores Domésticos

Cat 82 – Ambulantes e Catadores

- Agricultores

Cat 10 – Agricultores

ANEXO 2

Mapa 2- Áreas de Expansão Demográfica – RMNatal 2000



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2005. Baseado nos microdados do censo, IBGE, 2000.

